

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MATO GROSSO DO SUL (1979 – 1999)

MORO, Nataniél Dal1[1]

BITTAR, Mariluce2[2]

Esta pesquisa faz do projeto denominado “Política de Educação Superior e a Formação de Professores em Mato Grosso do Sul – origens e perspectivas”, ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas de Educação Superior – GEPPEES. Analisou-se a política de educação superior e as políticas utilizadas pelas IES em relação à formação docente em Mato Grosso do Sul, no período de 1979 a 1999. Esse período justifica-se por ser o ano de 1979 o início da instalação política e administrativa do novo estado que surgia na federação brasileira (Mato Grosso do Sul) e, 1999, a conclusão de duas décadas desse processo. As seguintes fases foram desenvolvidas na pesquisa: a) levantamento e estudo do referencial teórico; b) pesquisa de campo que consistiu no levantamento de fontes documentais, consulta arquivo de jornais e estatísticas do INEP/MEC, para posterior seleção, catalogação e análise. Constatou-se que o total de cursos de graduação, em 1999, era de 194, sendo 54 cursos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 19 na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e 121 nas IES privadas, incluindo a Universidade Católica Dom Bosco. O número total de vagas era de aproximadamente 15.000 e, dessas, em torno de 5.5000 eram destinadas aos cursos de licenciaturas. As instituições públicas, até 1999, predominavam em relação à oferta de número de cursos destinados à formação de professores: 45 cursos e 2000 vagas. Nas instituições privadas ocorreu a maior oferta de vagas, embora com um número menor de cursos: 37 para 3.500 vagas, enfatizando-se o total oferecido pela UCDB (comunitária), com mais de 1000 vagas; as outras restantes estavam pulverizadas entre diversas IES privadas do estado, todas de caráter “comercial-empresarial”. Esses indicadores demonstram que, do total das vagas oferecidas pelas instituições privadas, o maior número concentrava-se naquelas denominadas “empresariais”, que totalizavam 23 instituições. As conclusões indicam que as IES, em MS, sempre ofereceram cursos destinados à formação de professores, mesmo antes da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9394/1996); além disso, a procura por cursos de licenciatura, cujos objetivos estão intrinsecamente vinculados à formação de professores para atuar na educação básica, tende a aumentar, vez que em 2007 a data limite estabelecida pela LDB, para essa formação, expira-se. Esse fato leva as instituições a criarem estratégias de marketing para atrair a demanda para esses cursos. É esta a questão que norteará os próximos passos dos pesquisadores, isto é, investigar, com maior profundidade, quais são essas estratégias, que tipo de IES oferecem tais cursos e qual o perfil dos alunos que os procuram.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Educação Superior; Formação de Professores.

Apoio: PIBIC/CNPq; UCDB.

Conclusão: julho de 2001

3[1] Graduando em História/UCDB; aluno de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UCDB; integrante do GEPES e autor deste Projeto de Pesquisa.

4[2] Doutora em Educação/UFSCar; coordenadora do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação/UCDB; coordenadora do GEPES e orientadora deste Projeto de Pesquisa.
